

a utopia radical possível: anotações para a construção de opções anarquistas para américa latina do século XXI

nelson méndez*

Introdução

O século XX foi pródigo em relação ao socialismo. Não apenas pela variedade de discussões teóricas, mas porque, durante muitas décadas, quase a metade do mundo viveu sob regimes que se declaravam no interior de alguma modalidade de socialismo: marxista na URSS, maoista na China, vietnamita, socialcristão na Itália e Chile, socialdemocrata em diversos pontos da Europa, castrista em Cuba, apenas para citar alguns. Também na Venezuela, durante os 40 anos de proclamada democracia representativa (1958-1998) se viveu sob alguma modalidade de socialismo, democrático ou cristão. Por isso, os que apregoam a possibilidade de um novo socialismo para o século XXI, assinalam, claramente, que todas essas experiências resultaram em fiasco manifesto, ainda que delas algo positivo sempre possa ser extraído para não repeti-las. É suficiente para referendar estes fracassos do chamado socialismo real

* Sociólogo. Professor Titular da Universidad Central da Venezuela, Caracas, onde trabalha desde 1977 como docente e pesquisador. Autor de 4 livros e de 20 publicações em revistas indexadas.

que o mais poderoso regime socialista do século XX, o socialismo marxista, simplesmente caiu na ex-URSS.

O liberalismo capitalista privado, para muitos o grande inimigo do socialismo, mudou e não foi, como anunciava Marx, a rota para um colapso que se antecipava como inexorável ou mesmo iminente para muitos. Mais ainda, sobreviveu e se fortaleceu, devido quiçá aos fracassos socialistas. O capitalismo de Estado, que é a modalidade mais frequente adotada pelo socialismo, seguindo a pauta marxista-leninista, mostrou incapacidade manifesta para resolver os problemas dos povos, tanto na URSS como no resto do mundo. Por si só foi pouco e o saldo histórico deixou resultados horrendos como a experiência do Gulag soviético — comparável ao Holocausto nazista — e os massacres cambojeanos, que fazem as atrocidades de Videla ou Pinochet parecerem mínimas; ainda que o neoliberalismo tenha se expandido com sua sequela de miséria e fome, em nenhum outro país se matou de fome em um único ano milhões de pessoas como na China comunista de Mao.

As comunicações e a cultura foram globalizadas, a técnica alcançou níveis inimagináveis em 100 anos: em pouco mais de seis décadas, depois de inventar o avião, o homem chegou à lua, e meio século depois de descobrir os ácidos nucleares da célula se desvelou o código genético humano, para citar apenas dois casos. Mudaram as circunstâncias, mas para se criarem as bases de uma sociedade livre e igualitária é necessário mudar as armas e o perfil dos atores, pois quem fracassou ontem não terá oportunidades hoje e muito menos as terão amanhã. Se há algo inegável é que os socialismos mais difundidos e que chegaram ao poder — democrático, cristão, leninista, maoísta, castrista, ou qualquer outro —, se não foram míopes foram cúmplices dos poderosos de sempre ou se ocuparam por gestar novas oligarquias. Nenhum deles conseguiu levar o povo à terra prometida.

Nenhum desses socialismos podia ser testemunha da luta por autênticas reivindicações humanas, exceto o anarquismo ou socialismo libertário, que Marx tachou de socialismo utópico. Como o anarquismo foi uma opção ignorada em certos âmbitos e foi quantitativamente menor, salvo em alguns lugares e momentos (Espanha, Argentina, Ucrânia, Itália, na primeira metade do século passado), agora muitos se surpreendem ao descobrirem que a ânsia por liberdade, a autogestão, o cooperativismo, a federalização, a descentralização, os direitos humanos, a defesa das minorias, o combate aos privilégios, a igualdade e a solidariedade, a tolerância, o combate ao poder e à opressão, a educação como via para a superação pessoal, a ajuda mútua no lugar da competência e enfrentamento destruidor, a harmonia social e com a natureza, a irmandade entre todos os seres humanos, a consciência ativa frente aos problemas ecológicos e o redimensionamento das cidades, são bandeiras que o anarquismo sustentou por dezenas de anos e pelas quais muitos de seus portadores deram a vida. Um socialismo que deu origem a tamanhas propostas, alimento das lutas pelo bem-estar, parece que tem algo que vale a pena.

Hoje, estas ideias são moeda corrente, mas nem sempre se reconhece que os “utópicos” as propõem há muito tempo, enquanto os movimentos que pareciam ser realistas, capitalistas e socialistas, desembocavam em situações macabras e catástrofes inimagináveis. Não há dúvida que o anarquismo é utópico, mas o é pela maneira pela qual diante da história e perante as necessidades dos povos, olha o futuro sem olhar para trás. Foi Proudhon quem estudou em maiores detalhes o que hoje podemos considerar o fundamento da autogestão em todas suas formas; Bakunin, de seu lado, examinou as relações do indivíduo e suas aspirações de liberdade contra o Estado defensor dos interesses dos poderosos; Kropotkin, entretanto, desenvolveu as novidades e contribuições trazidas pela ciência e a técnica, tanto favoráveis quanto adversas; os anarquistas

ibéricos colocaram em prática as formas mais originais de organização sociopolítica do século passado; Ricardo Mella foi o primeiro a evidenciar as fragilidades da democracia parlamentar representativa, que rouba do povo sua soberania para depositá-la num grupo de governantes que através do Estado dispõe de todos os poderes de decisão para usá-los em seu benefício, mesmo quando este se autoqualifique de Estado revolucionário. Convém esclarecer que ao dizermos Estado nos referimos a um conjunto de instituições, em particular as incumbidas da violência e da coerção, administradas por pessoal próprio, esquadrinhadas dentro de um território delimitado, que monopoliza o estabelecimento de normas para todos os habitantes dentro de sua jurisdição, assim como o castigo por seu descumprimento. A consequência é que a luta política ficou reduzida à conquista de semelhante estrutura que é senhora da vida, dos bens e ações de todos que habitam sob seu domínio.¹

A palavra anarquismo está impregnada de sinônimos pejorativos: desordem, irracionalidade, espontaneísmo, excentricidade, etc. Para evitar esta carga emocional negativa foi que muitos anarquistas optaram por chamar-se socialistas libertários ou ácratas. Mas, se há uma carga negativa, cabe perguntar: Quem nega o anarquismo? É uma simples negação? Sabemos que as contribuições que o socialismo libertário deu não foram somente negações. O anarquismo é uma pulsão visceral pela justiça, pela liberdade, pela igualdade, que o leva a se opor a todas as formas que o poder mostra capaz de inventar para consolidar modos de submissão e domínio sobre os seres humanos. E por isso nega todas as formas de poder de um sobre outros; nega o Estado que é a máxima expressão desse poder, grande produtor de toda violência, nega a representação porque o indivíduo autônomo pode falar por si próprio e que os únicos que necessitam de representantes são as crianças; nega a ordem que tem por objeto a submissão, como nas democracias liberais e muito mais nos regimes autoritários, socialistas ou di-

taduras. Mas, não nega a ordem em si mesma, porque todo sistema anarquista sempre foi uma complexa e ordenada organização. Apenas uma organização de baixo para o alto porque, como dizia Proudhon, *coloque São Vicente de Paula no poder e este se fará um ditador*. No socialismo libertário há uma nova ordem de organização, e é o único que permite abrigar esperanças para o século que se inicia. Em relação às demais opções, cabe recordar a sentença de Descartes, *é prudente desconfiar de quem nos enganou alguma vez*, e os outros socialismos o fizeram mais de uma vez durante longo tempo. Os que se apegam, por ignorância, às velhas estruturas, porque se beneficiaram delas, porque esperam pelos benefícios ou por estas razões juntas, sempre catalogarão o anarquismo de desordem. Sócrates foi acusado de desordem, os cínicos o foram, os cristãos em certo momento o foram, os bárbaros o foram, os burgueses capitalistas o foram, os bolcheviques o foram, e os anarquistas permanecem sendo. Sem dúvida, é no anarquismo que está o início do caminho para a utopia social positiva do século XXI, se isso alguém busca.

Um caminho por transitar...

O anarquismo é provavelmente a corrente política em torno da qual houve mais desinformações ou equívocos descritos. No essencial, é um ideal que preconiza a modificação radical das atuais formas de organização social, que tanta injustiça, dor, sofrimento e miséria acarretam para a maioria das pessoas, buscando suprimir todas as formas de desigualdade e opressão vigentes, que considera responsáveis por esses males, sem com isso reduzir um milímetro a liberdade individual. Para alcançá-lo não propõe nenhuma receita preconcebida nem oferece nenhum plano ou figura milagrosa. O modo de alcançá-lo é o exercício pleno da liberdade de cada um, em um plano de igualdade com os demais e antepondo a solidariedade a qualquer outro benefi-

A utopia radical possível: anotações...

cio. Parece singelo dizê-lo, e são muitos os que o dizem, mas alcançá-lo implica uma verdadeira revolução não somente na sociedade, mas em cada pessoa, pois séculos de dominação estatal e autoritária levaram a perder a esperança de sua concretização e a autonomia que se requer para concretizá-la. A conjunção de elementos individuais e sociais que conformam o ser humano, sobre os quais se apoiam os ideais anarquistas, não se modificou.

Isto não tem nada a ver com adorar e instigar o caos, a morte e a destruição, como se pretende identificar a anarquia, a ponto de nos dicionários a palavra ser sinônimo de desordem, perturbação, confusão. Os anarquistas não atiram bombas a torto e a direito, nem lhes parece virtude agredir brutalmente aos demais em nome do ressentimento social ou individual, obedecendo um líder messiânico ou agitando a bandeira de uma ideologia superior. Busca-se o menos estrondoso que a iluminação pela pólvora, mas quando o provoca sacode os cimentos de uma estrutura de dominação que, por suportá-la, parece natural, mas não o é.

Não é acidental a tão difundida caricatura sinistra do terrorista ácrata. O Estado e todo tipo de instituições autoritárias, que obtiveram e obtêm suas prebendas da desigualdade e da limitação à liberdade de cada um, usam todos os meios à sua disposição para apresentar a anarquia como orgia irracional de desordem e assassinato, enquanto se assumem como defensores imprescindíveis da lei e da ordem, base para o progresso segundo a clássica receita positivista. Os detentores do poder supõem que não teriam nenhuma supremacia caso o anarquismo se impusesse. A história mostra como nos últimos 150 anos o socialismo libertário foi o movimento que com maior paixão e solidez argumentativa se opôs aos privilégios dos poderosos e à degradação da condição humana de milhões de pessoas derivada desses privilégios,² sem fazer concessões amparadas em alguma circunstância particular, nem desculpando de alguma maneira as mí-

nimas debilidades decorrentes de qualquer estrutura de autoridade hierárquica, sob qualquer pretexto de justificativa. É evidente que a identidade de anarquista apropriada por alguns não corresponde, em todos os casos, a quem realmente adere ao socialismo libertário, assim como nem sempre o é quem se proclama revolucionário ou católico. Por isso, para os anarquistas, isso tem pouca importância.

Com a necessidade de afiançar seus domínios e as correspondentes submissões para proseguir seus abusos, o Estado, os meios de difusão de massa, a educação autoritária e as diferentes religiões pregam de mil maneiras, aberta ou implicitamente, a obediência acrítica, porque é nisso que embasam suas vantagens e proveitos, visto que não há domínio sem a obediência correspondente. Consequentemente, a anarquia é o único e real inimigo contra toda ânsia de poder e por isso, quando mencionada, o é como sinônimo de destruição causada por alienados. Neste enfrentamento, a atitude dos defensores do poder se explica porque, para remontar a opressão e o privilégio, é necessário que a liberdade e a igualdade, assim como a autonomia que delas deriva, sejam combatidas por todos os meios. Evidentemente, a liberdade e a igualdade são os pilares em que se fundamenta o anarquismo em todas as partes e em todos os lugares, para além das múltiplas variedades mostradas e da riqueza de suas propostas.

A imagem perversa vinculada ao anarquismo é bastante velha e emerge em uma época de apogeu do movimento socialista libertário — fins do século XIX e primeiras décadas do século XX —, pelo óbvio temor dos poderes autoritários diante do avanço de seu mais consequente antagonista; renasce, agora, no princípio do século XXI, quando diversos signos anunciam o ressurgimento do ideal e das práticas ácratas, orientando as possíveis opções de transformação do socialismo ao enfrentar a ordem dominadora existente. Para os poderosos permanece prioritário ocultar o sentido correto do

A utopia radical possível: anotações...

que é o anarquismo e o que propõe. Romper com esta mistificação interessadamente atribuída é necessário para quem quiser se aproximar com mente aberta, e sem preconceitos, desta expressão de pensamento e ação radicais tão relevantes ontem como hoje. O anarquismo é a única proposta que exige autonomia para o pensar e a ação, a qual não é outra coisa que abandonar todo suposto indiscutido, o preconceito dogmático, a opinião preconcebida, a submissão à autoridade, a crença em alguma revelação ou a obediência às vanguardas iluminadoras.

A necessidade imposta por jurisdições opressoras está tão arraigada na mente do cidadão médio que a anarquia, cujo significado podemos resumir em *ausência de autoridade hierárquica*, resulta impensável para a maioria das pessoas. Curiosamente, no mínimo, são as mesmas irritantes pessoas, que admitem os regulamentos, regulações, impostos, intromissões, limitações e abusos de poder (para nomear alguns dos efeitos da ação governamental) que são obrigadas a suportar. Levam as demais pessoas a pensar que somente resta suportar em silêncio porque a alternativa à ausência de poder, à autoridade e todos realizando sua própria vontade, seria a anarquia, associada falsa e espertamente com o caos, a destruição, e o fim. Ao contrário, *o anarquismo persegue a eliminação de qualquer ponto de controle privilegiado de governo, o desaparecimento de todo grupo que se assuma como possuidor de algum privilégio para usufruí-lo em benefício próprio, submetendo os outros. Como alternativa às diferentes formas de governo — como a aristocracia, a teocracia, a democracia representativa, a ditadura do proletariado, a monarquia ou a tirania — sustenta a ausência de governo ou acracia.*

“O que é o Anarquismo (também chamado Socialismo Libertário ou Acracia)? É uma filosofia social, centrada em um enfoque que concebe a liberdade e a igualdade plenas — exercidas no marco da solidariedade — como condições indispensáveis para o progresso humano no

indivíduo e no coletivo. Esta filosofia foi expressão ideológica e política assumida por diversos grupos sociais e individualidades em contextos sócio-históricos em todo o planeta, particularmente desde meados do século XIX até a atualidade.”³

Por milênios, as coletividades humanas viveram e prosperaram sem Estado ou estruturas de poder hierárquico. A História e a Antropologia contemporâneas, confirmam, com trabalhos de autores como o norte-americano Marvin Harris,⁴ abundantes provas para demolir o mito de que a aparição de formas estatais melhorou as condições de vida nas sociedades onde isto ocorreu. Pode ser que, em algum momento da evolução cultural, a burocracia estatal regulamentada tivesse alguma utilidade perante os anteriores modelos de organização da vida coletiva, como o mando caprichoso de um único indivíduo poderoso, mas sem dúvida, hoje, as desvantagens superam com acréscimos as vantagens. Do ponto de vista teórico, é válido conceber uma variedade ilimitada de sociedades possíveis sem instituições de poder autoritário, e nem todas seriam desagradáveis. Ao contrário! Qualquer tipo de sociedade anarquista nos pouparia das terríveis distorções que geraram as estruturas de poder e o Estado, sua expressão mais alta. O aparentemente destrutivo do anarquismo, isto é, a abolição do Estado e de toda forma de hierarquia opressora institucionalizada, estará equilibrado pelo que se colocará em seu lugar: uma sociedade livre e de livre cooperação.

Há diversas correntes no socialismo libertário — das quais há uma concisa descrição na *Anarcopedia*⁵ — com ideias diferentes a respeito da organização de uma nova sociedade e como se chegar a ela. Todas têm em comum que a felicidade individual somente se alcança com a felicidade coletiva; que o bem próprio só se realiza fundamentado no bem de todos; que a liberdade pessoal se amplia com a liberdade do outro; que os interesses pessoais são compatíveis com os interesses

dos demais; que o bem-estar de cada um depende do bem-estar das demais pessoas; que alcançar os ganhos que nos propomos como indivíduos depende de que os outros e o conjunto também os alcancem. Portanto, todas sustentam, firmemente, que o Estado e as atuais organizações dominadoras, partindo de uma igualdade formal, promovem uma desigualdade de fato e devem ser substituídas por uma sociedade sem classes e sem violência direta ou encoberta, que possibilita institucionalizar essas diferenças.

Por acreditar na liberdade com igualdade, o anarquismo se nega a estabelecer a pauta dogmática do que deve ser, e, por isso, há tantas variantes a serem adotadas. Apenas oferece modelos possíveis que se apoiam nas ocupações diárias, na contribuição sempre renovada dos membros do coletivo que responsabilmente dirigem suas vidas e as dos outros, em suas mãos. De fato, a organização social anarquista existiu, historicamente, em muitos lugares e épocas. No período contemporâneo aconteceu na Ucrânia, em 1919,⁶ e na Espanha, em 1936,⁷ e em ambos os casos passou por ferozes repressões e guerras para liquidar essas experiências, decorrentes dos evidentes êxitos sociais alcançados.

A ausência de moldes obrigatórios ocorre porque o anarquismo repudia a existência de um princípio único, atemporal, supra-histórico, revelado por algum deus, ou ser privilegiado, que ordena e manda sem apelação. Esta é a origem etimológica do termo anarquia, (an: sem, arché: princípio). Está equivocado interpretá-lo como se em cada momento e lugar não houvesse condutas e atitudes boas e más. Busca-se que as pessoas de hoje, com a contribuição de experiências passadas da história, possam tomar suas decisões e edificarem seus próprios futuros a partir de um presente dinâmico, sempre renovado. Apenas as pessoas livres, em um diálogo igualitário com as demais pessoas que são e serão, construirão o caminho para alcançar seu *bem-estar* individual e coletivo. Um *bem-estar* que, por sua

vez, nunca será perfeito porque a humanidade vive, essencialmente, um vir a ser sempre móvel, com novas metas que mostram novos problemas que exigem novas soluções, e isto exige um esforço constante para recriar a vida no coletivo. Para encerrar este tópico, devo indicar que a polêmica interna no interior do movimento ácrata, por mais encarniçada que tenha sido no passado e o seja no presente, *não cabe a ninguém se atribuir o monopólio da “verdade anarquista”, pois semelhante pretensão dogmática é absolutamente alheia à essência do ideal ácrata.*

O básico de um ideal

São muito poucos os que entendem o anarquismo apesar de ser uma ideia muito simples, sensível e clara. Sua mensagem, basicamente é a seguinte: *dirigir nossas vidas em vez de sermos manipulados* e fazê-lo em harmonia com todos. No passado foi um movimento que alcançou sua maior força entre os trabalhadores, mas que também incorporou outros oprimidos e explorados que aspiravam se liberar sem dominar ou acionar uma revanche submetendo, por sua vez, os outros grupos.

Não há nada especialmente complicado ou violento no socialismo libertário exceto que algo tão elementar como chamar cada um para dirigir sua própria vida se transforma em uma conduta subversiva por impedir, precisamente, a manipulação pelos outros, ou por alguns dos outros. Decorre daí as ridículas objeções que lhes opõem, como “imagine a desorganização que haveria se todos fizessem o que querem.” Para o anarquismo, a fonte das divisões sociais está na estrutura de dominação cujo eixo central é o Estado,⁸ a causa que impede a vida plenamente humana, precisamente pela opressão que nos submete por meio da concentração de poder político, ideológico-cultural e econômico. Por acaso, neste momento, não vivemos no caos? Milhões

A utopia radical possível: anotações...

de pessoas carecem de ocupação digna, enquanto outras estão sobrecarregadas de trabalho; trabalha-se em empregos repetitivos e rotineiros, muitas vezes perniciosos a nós, aos demais ou ao meio ambiente, que somente geram benefícios a um pequeno grupo frente à indiferença da grande maioria. Isto ocorre em qualquer regime estatal, qualquer que seja a roupa que lhe veste. Não é desordenado, nem irracional. É a universalidade do desatino que nos leva à impotência do nada se pode fazer. Há pessoas que morrem de fome toda vez que se atira comida ao mar ou se armazena até apodrecer para manter os preços; desperdiçamos recursos e contaminamos o ar para que circulem automóveis demasiadas vezes ocupados somente por uma pessoa, beneficiando os donos da indústria e os produtores de petróleo; todo o planeta encontra-se em sério perigo pela destruição de sua atmosfera, o que parece inevitável porque protegê-la afeta os interesses de uns poucos; sacrifica-se a satisfação de necessidades primárias em favor de benefícios supérfluos ou de propaganda para os detentores do poder. A lista de loucuras, de situações absurdas na sociedade atual é interminável, gerada precisamente pelos que criticam o anarquismo como fonte de desordem. E, além do mais, pedem-nos que sacrifiquemos nossa liberdade para promover este desastre cotidiano!

Os supostos frutos recebidos em troca da existência do Estado, na essência, são ilusórios, quando não daninhos. O cuidado com a saúde, a educação, a proteção policial, são serviços que funcionam de modo insuficiente, e que por isso, servem para nos tornar dependentes do Estado e, o pior de tudo, compra-nos por muito pouco. Freia a própria iniciativa de criar uma segurança social autogestionária e focada em nossas necessidades, para que o próprio poder defina o que seja saúde, o que sempre deriva em ferramenta de submissão, à qual se deve agradecer como um presente generoso. Por sua vez, a segurança social, paga pelos assalariados, gera uma disponibilidade de dinheiro das mais importan-

tes no capitalismo moderno, que a utiliza para explorar esses mesmos trabalhadores. O Estado impede que possamos canalizar a educação de nossos filhos sem submetê-los aos desígnios dos amos da ocasião, como na Venezuela, onde a ingerência castrense no governo impôs uma odiosa instrução pré-militar na educação, da mesma maneira que encontramos outros exemplos relativos a temas religiosos ou ideologias políticas. Em todas as partes, os policiais, mais do que proteger dos delinquentes, são sicários que vigiam e controlam a população, e muitos exércitos são de fato forças de ocupação em seus próprios países. Qualquer obra que se realize com dinheiro público custa alto porque nela estão incluídos os custos, os enormes sobrepreços que demanda a corrupção. E assim é tudo!

O anarquismo é ácrata, não apoia a democracia e, muito menos, a democracia representativa. A acracia é a ausência de um governo central que assuma o poder. Toda delegação de poder, sem dúvida, leva à geração de um domínio por parte dos delegados sobre os que delegam. Por isso, o anarquismo não aceita a democracia representativa, pois cedo ou tarde os representantes se desprendem dos interesses dos representados e apenas buscam sua própria conveniência. Isto é natural, pois um pequeno grupo de pessoas, mesmo eleitas, não podem materialmente decidir sobre todos os problemas que acontecem na vida de uma sociedade durante um transcurso que, no mínimo e no melhor dos casos, dura 5 ou 6 anos. Muito menos quando o governo está nas mãos de poucas pessoas, ou em uma só, para decidir com onipotência e onisciência sobre qualquer assunto.

A autoridade institucional, por sua própria natureza, somente pode interferir e impor coisas em seu benefício. Neste sentido, certos pensadores não anarquistas coincidem em constatar que a força de um Estado está no peso que a burocracia tem sobre seus governados e é desnecessário referirmo-nos a respeito do modo como o aparelho governamental, com seus

A utopia radical possível: anotações...

controles, trâmites e o requerimento contínuo de permissões e autorizações, torna nossa vida miserável com suas contradições, exigências e esterilidade, terminando por nos transformar em servos que pedem consentimento a todos. A burocracia serve também para repartir cargos, favores, contratos, comprar vontades, e é portanto, uma arma eficiente de desmobilização social nas mãos dos donos do Estado, seja o capitalista ou o socialista.

Na América Latina vivemos com toda sua cruzeza o que noutras regiões se mostra com menor vigor, mais dissimulado, ou melhor, propagandeado, como é a estreita relação entre o poder econômico e o poder político. Mesmo sob a alardeada liberdade de mercados, nenhum empresário tem possibilidade de prosperar — e mesmo de sobreviver em seus negócios — sem o apoio governamental no legislativo, judiciário, financeiro e de controle social. Por sua vez, ninguém pode aspirar assumir o comando do governo sem o apoio dos grandes capitais para subvencionar suas pretensões. Sob esta situação, o habitante comum apenas é um fantoche que se sacode, quando avalia com o voto este círculo realmente vicioso. Em troca, o governo e os donos da economia decidem, diariamente, a evolução dos assuntos que incumbem a todos e beneficiam uns poucos.

É um princípio básico do anarquismo que as pessoas diretamente atingidas são as mais indicadas para resolver os assuntos relativos à sua comunidade, e o fazem sempre melhor que os burocratas ávidos de poder ou investidores ansiosos por rentabilidade. É certo que os habitantes de um espaço urbano podem imaginar alguma forma de seu uso que impeça a destruição de suas casas e áreas verdes para construir edifícios de escritórios, rodovias ou centros comerciais; ou mesmo que os pais podem idealizar com seus filhos e professores uma melhor educação que a oferecida pelo Estado, dos comerciantes escolares privados, da Igreja ou de qual-

quer outra ideologia com pretensões de dominação,⁹ ou que uma associação vizinha autônoma e enraizada possa planejar a segurança local com maior eficiência que qualquer polícia institucionalizada.

“Definições fundamentais do anarquismo:

* Justificar a utopia racional e possível de uma ordem social autogestionária, com democracia direta, sem burocracia autoritária nem hierarquias permanentes.

* A crítica radical ao Estado, por ser a expressão máxima de concentração autoritária do poder; a crítica à delegação de poder nas instituições fixas e sobrepostas à sociedade.

* A chamada a uma mudança revolucionária — produto da ação direta consciente e organizada das maiorias — que conduza ao desaparecimento imediato do Estado, substituído por uma organização social federal de base local.

* Defesa do internacionalismo e rejeição do conceito de ‘pátria’, vinculado à justificação do Estado-nação.”¹⁰

Todo caos, segundo o socialismo libertário, deriva da autoridade opressora e do Estado. Sem classes dirigentes, e seu imperativo de nos manter submetidos, não haveria Estado. Sem Estado nos encontraríamos numa situação de livre organização, segundo nossas próprias finalidades. Isto dificilmente daria base para uma sociedade tão absurda como esta em que vivemos, pois a livre organização resultaria em uma sociedade muito mais tranquila e harmônica que a atual, cujo maior interesse é o despojo sistemático, a infelicidade e o extermínio prematuro ou tardio da maioria de seus membros.

Corroboramos o que dissemos no *Informe sobre Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD*,¹¹ documento em que pese seu oficioso credo nos progressos atingidos nos últimos decênios traz dados significativos correspondentes a 2004,

A utopia radical possível: anotações...

como por exemplo, que 40% da população mundial (mais de dois bilhões de pessoas) deve se ajustar para subsistir com menos de 2 dólares diários, e com renda total anual equivalente a apenas 5% da renda mundial; isto é o que as 500 pessoas mais ricas do planeta somam anualmente — sem considerar sua riqueza em ativos — rendimentos superiores que os 416 milhões mais pobres; ou que de 2003 a 2008, para os ativos financeiros dos 7,7 milhões de “indivíduos de alta riqueza líquida”, estima-se um crescimento de 28 a 41 bilhões de dólares. Estes fatos, e outros similares, levam a concluir que: “a acumulação de riqueza no nível mais alto de distribuição mundial de renda foi mais impactante que a redução da pobreza no nível mais baixo.”¹² Estas gravíssimas desigualdades reinam no planeta, cujo regime socio-político é hoje totalmente estatal, e não se reverteu ou modificou sob os variados modelos de Estado ensaiados no século XX e que adentram pelo XXI.

Os não tão frios números geram nas pessoas sensíveis, um incontido sentimento de indignação e levam a uma conclusão inexorável: a brecha crescente entre ricos e pobres é tão grande que podemos afirmar, por mais brutal que isso pareça, que uma alta porcentagem da população mundial está excluída de qualquer possibilidade, não mais de bem-estar, mas de mera sobrevivência, e que nesse grupo está a maioria dos latino-americanos. Não resta dúvidas, como disse o Hamlet de Shakespeare, “algo está podre”, não somente na Dinamarca, mas no mundo inteiro. Supor que tal situação possa piorar porque as pessoas possam vir a tomar o controle de seus temas em suas mãos é uma afirmação sem fundamento, especialmente quando todas as outras opções fracassaram.

Esclarecendo dúvidas, respondendo objeções

Uma desqualificação típica entre aqueles que têm algum conhecimento dos princípios libertários é sus-

tentar que o anarquismo é uma bela quimera intelectual, uma ideia bonita, mas impraticável, adotando assim uma posição realista, prática, que julga o *dever ser* a partir do *que é*, o que Hume já indicava ser um modo de crítica inadequado. Mas a desqualificação é curiosa em outro sentido, porque o movimento ácrata não surgiu de teóricos fechados em torres de marfim, mas diretamente da luta pela sobrevivência de gente oprimida comum, e tem uma grande trajetória histórica que assim o prova. A anarquia sempre foi intensamente prática nas suas pretensões e em sua forma de fazer as coisas, como mostrou nas ocasiões em que pôde alcançar algum sucesso, às vezes com proeminência, às vezes parcialmente. Mais ainda, o caráter do socialismo libertário se mantém igual e, entre os anarquistas, as opiniões valem por si e não pela hierarquia, cargo, poder que as emita. Por isso, a liberdade para opinar, para determinar fins e meios, os termos igualitários em que sua voz é considerada, a autonomia de seu pensamento, impõem a todos e a cada um dos anarquistas a responsabilidade intelectual e moral das ideias que sustentam e submetem à discussão em um coletivo.

Não entraremos aqui em uma análise detalhada de tal objeção, mas basta acrescentar algo: se o anarquismo fosse mesmo tão inviável, por que tanto empenho para destruí-lo por parte do Estado, representante máximo das forças opressoras, seja democrata liberal, fascista, comunista ou religioso? Por que tanto esforço especulativo de seus adversários do passado e do presente para refutar um ideal que se supõe absurdo do princípio ao fim. Nenhum integrante dos grupos que se mostraram tão eficientes para dominar vontades gastaria esforço lutando por séculos contra um inimigo cujas propostas não tivessem a possibilidade de se materializar. Mas acontece que, nas oportunidades em que se concretizaram as propostas sociais anarquistas, ficou bem evidente que o anarquismo desenvolve, e com sucesso, o que sua voz anuncia — liberdade, igualdade

e solidariedade — mesmo quando se está nas piores condições materiais.

Quando se propõe a autogestão e o autogoverno, suprimindo as atuais estruturas de poder simbolizadas e levadas ao seu mais alto grau no Estado, surgem inúmeras perguntas referentes à maneira pela qual se poderia organizar uma sociedade sem esse “ogro filantrópico” a que tanto estamos acostumados. Como é possível viver sem a ordem que o Estado impõe? Reiteremos que anarquismo não significa caos ou desordem, ausência de organização. Ao contrário, quer dizer que a ordem deve surgir das exigências da própria vida, dos imperativos que impõe, assim como dos desejos e esperanças de cada um e do coletivo que integramos. De modo algum devemos aceitar como única possibilidade uma organização imposta por forças exteriores a toda sociedade, ou que ambicionam fins setoriais, parciais, como os interesses de um grupo particular (religioso, étnico, militar, político ou econômico), na busca de lucro ou o afã de poder de alguns indivíduos ou grupos de indivíduos. O socialismo libertário tem bem claro que a liberdade não é filha da desordem, mas mãe da ordem.

Em decorrência disso, ao mesmo tempo em que rechaça o poder, o anarquismo reconhece a autoridade derivada das peculiares habilidades de cada um. O habitante comum da cidade é inferior ao camponês no conhecimento da agricultura, assim como o doente também não supera o saber médico em sua especialidade, nem o empregado do comércio ao engenheiro civil no projeto de uma ponte. Mas essa autoridade é sempre restrita, limitada, já que o médico pode entender de doenças tanto como ignorar da sementeira, aquilo que sabe o camponês, posto que fundado num saber particular, ninguém pode pretender um domínio total sobre todos os outros membros da sociedade, nem aspirar a uma posição de privilégio invariável. Irremediavelmente, o Estado, como poder total, alheio às qualidades de seus governados e às necessidades pontuais que seria imperativo satisfazer,

consolida os privilégios de uns sobre os outros sendo indiferente a méritos e penúrias.

Na vida cotidiana há muitos exemplos de que a organização é perfeitamente compatível com a ausência de um poder central (o Estado) ao qual submeter-se. Considere-se como se estruturou a internet, para mencionar o caso mais óbvio. De outro lado, por acaso as linhas aéreas, de trens ou marítimas, em viagens multinacionais, não se organizam sem que nenhuma delas perca sua autonomia e sem a necessidade de que haja uma delas que domine todas as outras? Para tanto, basta a coordenação de entes autônomos em prol do benefício de todos, cedendo as instalações, serviços, etc, de uma em benefício da outra em troca de similares benefícios que recebe dela, e assim entre todas. Se assim conseguem fazer empresas em feroz competição por mercados e que só perseguem lucro, também podem fazer outras instituições, e mais ainda os indivíduos, que têm uma gama mais ampla de interesses comuns e são naturalmente sociáveis.

Os anarquistas têm algum sistema econômico que promovam? Nisso, como em tantas outras questões, o anarquismo não defende nenhum modelo em particular, mas aspira que os membros de um coletivo, de forma livre, selecionem a organização econômica que mais os favoreça tendo em vista seus interesses particulares e coletivos. Mas, vendo a história do movimento ácrata, não é por acaso que se tenha assumido amplamente a identificação com o *socialismo libertário*, pois sempre chamaram a atenção dos anarquistas o mutualismo, o coletivismo e até formas do comunismo.

O mutualismo nega a propriedade, mas aceita a posse de uso, inclusive a pessoal, entendendo que a posse surge do trabalho. A base do intercâmbio está na associação de consumidores e produtores, com um preço derivado do custo de produção e suprimindo o lucro. O coletivismo tem como lema *de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seus méritos*. Sustenta

A utopia radical possível: anotações...

a propriedade coletiva dos instrumentos de produção, mas o fruto do trabalho deve distribuir-se na proporção do trabalho e de sua qualidade, com o que se mantém um tipo diferenciado de salários. O comunismo anarquista tem como lema *de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades*, com o que se suprime o salário diferencial, os meios de produção são comuns e a distribuição é feita em função das necessidades. A estas tendências, quis somar-se em anos recentes uma vertente anarco-capitalista, difundida particularmente nos Estados Unidos, inimiga do poder estatal, mas também defensora radical da livre iniciativa e do mercado. A pretensão de se assumir como anarquista é rejeitada pelas demais correntes, em especial pelas diferenças que existem entre o modo em que vive a maioria dos habitantes da maior potência contemporânea, ao se comparar com as desvantagens que o mercado acarreta nos países onde exerce plenamente sua espoliação.¹³

Esta breve apresentação é suficiente para deixar entrever que as discussões entre os anarquistas sobre as vantagens desses modelos econômicos, e de outros possíveis, são parte importante do imaginado para a nova sociedade, em cuja construção não há preconceitos acerca da maneira em que se pode organizar, debatendo livre e coletivamente as possíveis soluções, calibrando vantagens e desvantagens, sem respostas pré-concebidas nem originadas de um saber autoproclamado como superior. No contexto latino-americano, esse debate se enriquece ao incorporar as experiências econômicas e culturais comunitárias que vem da milenar história de nossas sociedades originárias, posto que, em boa medida, o que o anarquismo traz à discussão não é estranho aos usos e costumes de indígenas e camponeses do continente.¹⁴

Com frequência, surge a pergunta de como uma sociedade libertária trataria os delinquentes violentos. Quem os poderia parar sem um Estado que estivesse-

se a cargo do controle policial? Começemos indicando que apenas uma parte dos assassinatos e outros crimes violentos são originados de desordens mentais ou paixões individuais extremas, de modo que nem a polícia nem ninguém os pode prevenir. É factível esperar, entretanto, que numa sociedade menos frustrante e que se ordene com mais sabedoria não haverá tantos delitos desse tipo, como se pode constatar estudando o que se passou em experiências de organização não-estatal. Os demais assassinatos, e a maior parte das outras ofensas, derivam da existência da propriedade privada em grande escala, de modo que, se a forma dominante de propriedade fosse a coletiva, com muito menos disparidade econômica, desapareceria um motivo importante da delinquência contra pessoas e bens. A história mostra que os grandes ciclos de aumento de criminalidade se produzem em situações de grandes desigualdades sócio-econômicas, enquanto que a violência e os assaltos diminuem em épocas de uma distribuição mais igualitária da riqueza. Soa cômico escutar os dirigentes de governos latino-americanos buscando assessoramento policial no Norte para a luta contra a delinquência quando, no Canadá, por exemplo, não há quase desemprego e o salário mínimo é seis vezes maior que na Venezuela, país onde quase metade da força de trabalho está desempregada ou em ocupação precária, sem proteção social de nenhum tipo, e com uma das distribuições de renda mais desiguais do planeta, apesar de viver na revolução autoproclamada socialista desde 1999. É fácil, então, imaginar as razões pelas quais no Terceiro Mundo se vive uma situação de auge dos delitos contra as pessoas e, em sua grande maioria, contra a população de menos recurso, ainda que sejam os crimes contra os poderosos aqueles colhidos pela imprensa. Trata-se da lógica consequência da ação do poder que exprime até um máximo grau a capacidade das pessoas de suportar a injustiça. Por fim, um elemento determinante na diminuição do delito é a educação, especialmente numa sociedade que faça da liberdade, da

A utopia radical possível: anotações...

igualdade e da solidariedade o verdadeiro eixo da vida individual e coletiva, fazendo da colaboração de cada um na vida coletiva autogestionária um feito gratificante, participativo e autônomo. Isso será impossível de alcançar enquanto houver um Estado que mantém, precisamente, a apatia temerosa, a não-participação e a delegação de poderes.

É evidente que as comunidades necessitam de algum meio para tratar aqueles indivíduos que prejudiquem aos demais. No lugar de vários milhares de policiais profissionais, a melhor solução é através da organização comunal de proteção mútua. Os que governam proclamam que as forças de segurança (oficiais e privadas) existem para nos defender uns dos outros, quando sabemos que na realidade somente lhes interessa que possam proteger a eles próprios, sua propriedade e seu poder sobre a sociedade. Além disso, são instituições condicionadas para responder à violência com mais violência, o que gera um círculo vicioso que apenas beneficia o Estado policial e seus delinquentes, que juntos se fazem donos das cidades. De outro lado, já são numerosas as tentativas de assumir a proteção independentemente da polícia, e sobre elas os agentes do Estado exercem fortes pressões para controlá-las e evitar que a população tome consciência de que não necessita de uniformizados para salvaguardar suas vidas e interesses.

As prisões são um fracasso para melhorar, reformar ou dissuadir os infratores e operam somente no campo do que melhor sabe fazer o Estado, reprimir. Os vizinhos de uma comunidade, conhecendo as circunstâncias pessoais de cada qual, trariam soluções melhores e mais adequadas tanto para a vítima quanto para o acusado. Por outro lado, o atual sistema penal é um dos principais promovedores da conduta criminosa. Os réus que cumprem uma pena mais ou menos longa frequentemente se convertem em seres inadaptados à convivência fora das grades. Como é possível imaginar

que encarcerar uma pessoa, sob o cuidado de outras de caráter tão antissocial quanto o dela (pois assim costumam ser os carcereiros), vá desenvolver um modelo de comportamento responsável e sensato? Como pensar que se alcançará esse comportamento depois de passar pelo inferno das prisões na América Latina, ou em quase qualquer lugar do mundo? Naturalmente, ocorre exatamente o contrário e a maioria dos presos reincidem e com um grau maior de agressividade.

Mas ainda assim, pode ser que encontremos indivíduos que cometam delitos na sociedade libertária, indivíduos que mesmo reforçando as medidas de reabilitação seja impossível reincorporar à sociedade. Em tais casos, de uma sociopatia manifesta e insuperável, a sociedade tem o direito de se proteger expulsando o indivíduo de seu convívio, não por vingança ou castigo, mas como reconhecimento de uma relação inviável, que ao se manter coloca em perigo os demais integrantes. Isso, talvez, possa ser considerado um castigo que provoque sorrisos, mas queremos mencionar um par de casos para mostrar sua força. Entre os gregos do período clássico, o exílio da própria comunidade era considerado a pior pena e Sócrates, condenado e frente à opção, preferiu a morte. Ademais, sabemos que se alguém é sancionado por não honrar os pagamentos de um cartão de crédito ou por passar um cheque sem fundos, o culpado perde a possibilidade de utilizar esse meio de pagamento tão usado hoje em dia, uma vez que nenhuma outra instituição lhe abre crédito ou lhe permite operar com contas, razão pela qual se evita que o faça regularmente. Não é pequena a pena de ser exilado, e muito menos se alguém é exilado de forma ignominiosa, seja onde for. A única condição que se requer é a obrigação de todos em cumpri-la sem exceção, dado que, para ser efetiva, exige uma mudança tanto nos que castigam quanto nos castigados.¹⁵

Outra das perguntas com as que se tem enfrentado o anarquismo durante anos é: quem faria todo o trabalho

A utopia radical possível: anotações...

sujo, o trabalho duro que ninguém quer fazer? Também se coloca a dúvida do que aconteceria com quem se negasse a trabalhar. Para responder devemos ter claro que as pessoas necessitam trabalhar, precisam fazer algo. As pessoas têm uma verdadeira urgência criativa que se expressa ao realizar algum trabalho. Basta atentar a como nos sentimos mal quando não temos trabalho ou reparar como passamos horas arrumando uma máquina, cuidando do jardim, confeccionando uma peça de roupa, fazendo música. Todas essas tarefas podem ser muito divertidas, só que com frequência elas são consideradas mais passatempos que autênticas atividades laborais. O problema está que nos foi ensinado a qualificar o trabalho como um tormento que é irremediável aguentar, pois o temos desvinculado da satisfação de necessidades reais para convertê-lo e um meio para fomentar o êxito de capitalistas e dominadores.

Na sociedade atual, o trabalho é efetivamente um tormento, e o rechaçamos porque está estreitamente relacionado a um sentimento de injustiça e exploração. Em tais condições, o trabalho é pouco gratificante, mas nem todo trabalho o é como pretendem nos convencer e, assim, impedir que possamos ser livres para escolher inclusive aquilo que nos é mais próprio, nosso ofício. Não se trata de que sejamos indolentes por natureza, mas que nos incomodamos quando tratados como se fôssemos máquinas, obrigados a fazer um trabalho em sua maior parte desprovido de qualquer relação com o que somos, ou com a satisfação de alguma necessidade coletiva, sem justas avaliações e para satisfazer interesses econômicos alheios. O trabalho não tem porque ser assim e, se estivesse administrado pelas pessoas que o desempenham, de fato não seria. É fácil ver que numa sociedade livre nunca vão faltar voluntários para fazer um tipo de tarefa ou outra, em especial se essa diferença de ocupações não for acompanhada de uma inoportuna hierarquização de renda ou de valoração social. É claro que há trabalhos desagradáveis que são necessários executar, e há poucas formas de fazer com que a

coleta de lixo seja uma atividade agradável. Mas esses problemas não são tantos nem tão graves e, em última instância, uma comunidade pode resolver esse ponto acordando que todos seus membros compartilhem de uma tarefa ingrata ou com alguma outra solução equitativa, especialmente quando existe, como hoje, cada vez mais disponibilidade técnica para resolver essas dificuldades. Sem contar que a diversidade humana faz com que aquilo que pareça penoso para um não seja para outro.

Questão importante é indicar a desocupação como um problema criado pelo capitalismo. Num mundo mais justo ela não existiria. Se houvesse um excesso de mão-de-obra, em especial graças ao desenvolvimento tecnológico, a solução não seria a atual em que alguns trabalham muito e outros pouco ou nada, favorecendo assim a diminuição do salário e o emprego informal, para não falar no desemprego. Numa sociedade na qual o trabalho é o modo de geração de riqueza, o mais conveniente é que todos trabalhem, mas que trabalhem menos horas tornando possível que se desfrute dos benefícios com equidade. Se nos desfizéssemos da exploradora classe dominante e de seu inflexível afã por aumentar a rentabilidade de seus investimentos, nos livrariamos da maior parte da pressão econômica que impõe a algumas pessoas longas jornadas de trabalho com baixa remuneração, levando outros à desocupação. No sistema vigente, isso é grave para os dominados porque o trabalho é hoje o mecanismo, muitas vezes arbitrário e injusto, de distribuição de bens, uma vez que há milhões de desocupados que nada recebem. Talvez haja no mundo países com seguro desemprego que aplacam esse problema, no entanto, na América Latina, esses seguros brilham por sua ausência ou são anedotas irônicas, o que faz com que carecer de trabalho seja sinônimo de miséria.

Se, no limite, houvesse quem resistisse por todos os meios a se integrar mediante seu trabalho ou ati-

vidade ao conjunto de ocupações requeridas por uma sociedade libertária, deveria colocar-se seriamente em discussão seu interesse em se manter nesse coletivo, a partir da qual, por mútuo acordo ou de todo modo unilateralmente, a comunidade poderia excluí-lo. Mas, uma vez mais, é impossível que alguém queira permanecer sem fazer nunca absolutamente nada, agregando que, devido ao desenvolvimento da técnica, cada vez há menos tarefas obrigatórias e desagradáveis por fazer. Finalizemos a discussão sobre o enfoque anarquista do trabalho remetendo os leitores a dois ensaios provocativos que se aprofundam nesse tópico: *A abolição do trabalho*, de Bob Black e “A técnica e o desafio do século XXI”, de Alfredo Vallota.¹⁶

Outra objeção típica é que isso talvez funcione em pequena escala, em um atrasado vilarejo rural, mas como pode funcionar em uma sociedade complexa sem a necessidade de hierarquias permanentes? Em primeiro lugar, o anarquismo entende que a sociedade necessita ser dividida em núcleos menores que os atuais, sempre que seja possível, para que os conglomerados adquiram uma dimensão mais humana e possam ser dirigidos diretamente pelas mesmas pessoas que os integram. Hoje em dia, a teoria da organização empresarial do capitalismo reconhece o que sempre foi um princípio básico do anarquismo: que os grupos pequenos trabalham juntos de forma mais eficaz e são capazes de se coordenar melhor com outros conjuntos laborais parecidos, enquanto que os agrupamentos informes e de grande tamanho são comparativamente mais débeis em seu desempenho e que lhes é mais difícil conectar-se com o entorno. Nesse mesmo tema, é interessante destacar que em tempos recentes se tem questionado profundamente o modelo de industrialização sustentado em fábricas que ocupam enormes superfícies e com capacidade de produzir volumes gigantescos. Chega a um certo tamanho em que as fábricas, as atividades agropecuárias, as instituições de serviço, as educativas, os sistemas administrativos e outros, perdem a eficácia à medida que crescem, as-

sim como acontece se são muito pequenas. De outro lado, a todos é perceptível, especialmente na América Latina, a desumanidade que confina a vida em grandes conglomerados de gente, com maus serviços, habitações precárias, muitas vezes em situações que nada deixam a dever às prisões e campos de concentração. Se em algum momento histórico tal agrupamento foi necessário, por qualquer razão, na situação tecnológica e comunicativa de hoje ele não tem mais sentido.

Pode acontecer que em projetos de envergadura, pontuais, específicos e de interesse comum, seja necessária a união de várias comunidades, mas isso não é um problema insolúvel nem sua existência justifica um poder central permanente como o Estado. De fato, a classe trabalhadora na Espanha encontrou soluções desse tipo para grandes problemas na década de 1930. Assim, a Companhia de Ônibus de Barcelona ao mesmo tempo em que dobrava seus serviços, contribuiu com o Coletivo de Entretenimento Cidadão (atividades recreativas) e produziu armas para o front nas oficinas de ônibus. Tudo foi conseguido com um número de trabalhadores bastante reduzido, já que muitos haviam ido ao campo de batalha para combater o fascismo. Esse grande aumento da eficiência, apesar da guerra e da escassez de materiais, não é tão surpreendente por que quem pode dirigir uma companhia de ônibus de forma mais idônea, com menor esforço e o mais alto rendimento? Obviamente que seus trabalhadores e ninguém melhor que eles para coordenar com outros trabalhadores a solução de problemas comuns, quando a nenhum deles move o afã de explorar aos demais em benefício próprio.

Para estender esse caso ilustrativo, destaquemos que todos os trabalhadores de Barcelona estavam organizados em sindicatos, formados por quem trabalhasse no mesmo ramo, sub-divididos em grupos de tarefa. Cada grupo tomava suas próprias decisões relativas ao trabalho cotidiano e nomeava um delegado que repre-

sentava seus pontos de vista em temas mais gerais concernentes a toda fábrica ou até mesmo a toda região. Esses representantes eram portavozes das decisões tomadas em assembleia por todos os companheiros e o cargo se alternava com frequência. Os delegados podiam ser substituídos imediatamente caso não respeitassem o compromisso de serem meros portavozes da assembleia (é o princípio da revogabilidade). Os delegados eram atores que apenas podiam apresentar declarações que os autores da obra, na assembleia dos trabalhadores, escreviam para eles, sem se apropriar da função de compor suas próprias linhas, como acontece na ilusória “democracia representativa” de nossos dias. Somando-se mais níveis de delegação é possível alcançar uma atividade em grande escala sem abandonar a liberdade de trabalhar na linha que cada pessoa escolha. Para saber mais das experiências de organização autogestionárias que promoveram os anarquistas na Revolução Espanhola de 1936, é possível buscar na extensa bibliografia sobre esse assunto.¹⁷ Um enfoque teórico mais desenvolvido sobre o tema da autogestão expusemos em outro trabalho.¹⁸

Sigamos com outras objeções. Uma sociedade sem Estado não estaria indefesa diante de ataques exteriores? O fato de viver sob a tutela estatal não salvou os povos de agressões armadas em grande escala e se poderia dizer que ela as tem promovido. De fato, a maioria das nações, as forças militares e policiais são utilizadas, aberta ou dissimuladamente, contra seus próprios habitantes como um exército de ocupação. O Estado não protege, mas vigia e agride para defender uma elite dirigente que, dizendo as coisas claramente, é um inimigo fundamental do povo de cada país. Um Estado, que mantém e se apoia em um exército regular, cedo ou tarde deve embarcar em algum conflito, interno ou externo, ao menos para justificar o gasto e manter o treinamento. Na América Latina é mais claro que em outras regiões do mundo, mas todos sabemos que a grande maioria das guerras e enfrentamentos armados internacionais têm sido feitos em benefício dessas mino-

rias dominadoras, ainda que invoquem pomposos pretextos de defesa da pátria, dignidade nacional ou similares. Além disso, a evolução tecnológica e organizacional dos conflitos bélicos resultou que o exército não seja salva-guarda de nada, porque hoje o máximo de sacrifício e a maioria das vítimas se dá entre os civis que correm muito mais riscos que os militares, que em tais circunstâncias contam com a máxima proteção e até a possibilidade de obter atraentes benefícios. Basta citar que nas guerras mais conhecidas dos últimos anos (Iraque, ex-Iugoslávia, Chechenia, Colômbia, Afeganistão etc.) os combatentes formais têm registrado uma cifra muito menor de baixas que os civis, que sofrem quase todos os rigores agressivos de um ou outro lado do conflito. Até o momento, na guerra do Iraque, conta-se um militar morto para cada quarenta civis.

Uma resposta libertária clássica é reconhecer que a defesa do coletivo está em suas próprias mãos e a solução é a de armá-lo. As milícias anarquistas espanholas estiveram próximas de ganhar a Guerra Civil em 1936, apesar da escassez de armamentos, da traição stalinista e da intervenção da Alemanha e da Itália a favor do levante de Franco e seus partidários. O erro foi subestimar as próprias forças e deixar-se integrar ao exército regular da República. Não há dúvida de que um povo em armas seria difícil de subjugar por qualquer agressor externo, como mostram a encarniçada resistência e os sucessos das guerrilhas com autênticas raízes populares diante de tropas ocupantes numerosas e melhor equipadas.

Mas é certo que um ensaio de sociedade libertária poderia ser destruído do exterior. Os dignitários da oligarquia norte-americana, como antes fizeram os dirigentes soviéticos e como faria qualquer imperialismo, talvez quisessem exterminá-la antes de permitir que vivesse em liberdade e igualdade; isso, é claro, com a interessada colaboração de todos que vissem a revolução ameaçar seus privilégios. Contra essa ameaça de destruição a maior resposta é o

movimento revolucionário em outros países. Dito de outra maneira, a defesa mais eficaz contra as bombas atômicas — ianques, russas, chinesas ou de qualquer outra potência nuclear — será o movimento solidário de todos que vivem sob o domínio do Estado agressor e de todos os demais, entendendo que a maior esperança de evitar o extermínio se baseia em privar a burocracia opressora do privilégio do uso de armamentos de destruição em massa. Poderíamos garantir um efetivo sistema mundial de segurança se a solidariedade internacional chegasse ao ponto em que os trabalhadores esclarecidos dos distintos países inimigos fossem capazes de impedir que seus respectivos governantes lançassem ataques externos.

E isso não é fantasia, pois há precedentes; como o ocorrido na década de 1920, quando a Rússia soviética se salvou de uma intervenção britânica massiva graças a uma série de protestos e sabotagens dos operários britânicos; ou da mobilização popular nos Estados Unidos contra a intervenção no Vietnã no final dos anos 1960. Mas dissemos *esclarecidos* porque também há exemplos nos quais os povos foram arrastados a enfrentamentos que nada os beneficiavam devido a uma cegueira resultante da propaganda e do emprego dos múltiplos recursos com que contam o Estado e as classes dominantes.

Violência e anarquismo

Uma das características dos governos latino-americanos tem sido a repressão agressiva aos protestos coletivos, o que evidencia a incapacidade dos políticos dessas latitudes em assumir ou solucionar os conflitos sociais de forma tolerante. Em cada caso que o governo da vez tirou as amarras de suas forças repressivas, argumentou que o fazia para defender a ordem e os bens (não os cidadãos) da ameaça da subversão e da “anarquia”, pois é um lugar comum para o poder reinante e seus defensores equiparar anarquia com

barbárie e desordem que se atribui aos de baixo. Mas que dizem os próprios libertários quando se identifica desse modo seu ideal?

Negar a possibilidade da violência como um momento de luta revolucionária está distante do anarquismo. Em algum instante, o enfrentamento destrutivo que ela comporta se faz presente, pois sempre haverá que responder a grupos que apelem à força como argumento para defender seus privilégios. Mas, se a violência pode ser necessária, de modo algum ela é a guia para a transformação que se aspira, que é uma mudança total na organização social e econômica da humanidade que se funda na alteração dos valores de cada indivíduo. De nenhuma maneira essa transformação radical pode ser resultado de uma revolução pontual ou catastrófica, que quando muito poderia chegar a dominar o poder político, o que é contraditório com a essência do movimento anarquista que objetiva destruí-lo. Está fora da tradição ácrata pensar que um distúrbio de rua, assim como tomar a Bastilha ou o Palácio de Inverno, consiga transformar a sociedade tal como se deseja, mesmo que seja o primeiro passo. Em todo caso poderia ser o último, porque o ideal anarquista não se limita à mera socialização da economia, menos ainda à tomada do poder autoritário em alguma de suas formas, mas ele busca modificar as relações entre os homens fundando-as na liberdade, na igualdade e na solidariedade, o que faz com que a revolução se estenda por todos os aspectos da vida de todos e cada um e compreenda tanto uma mudança nas relações comunitárias quanto uma transformação pessoal.

Não é, portanto, que o anarquismo negue a violência, mas que ele a rechace enquanto manifestação da paixão destrutiva que não esteja subordinada à ação construtiva, e que nem sirva sequer de detonante de um vasto movimento popular revolucionário. Não será no furor colérico de um grupo onde há de surgir a criação de um novo mundo, mas da participação e incor-

A utopia radical possível: anotações...

poração de todos e cada um nessa tarefa geradora. A violência como momento destrutivo é apenas um ponto de um processo construtivo muito mais longo e amplo.

Sem esquecer que entre finais do século XIX e começos do século XX certo número de ácratas — impacientes diante da enorme injustiça e desigualdade que os rodeava — apoiou ações de força daquilo que se chamou de “propaganda pela ação”, isso é insuficiente para associar anarquia e violência de maneira tão direta como se tem pretendido. Em todo caso, é preciso recordar que tanto naquele momento histórico quanto em todos os outros desde então, a grande maioria do movimento libertário não seguiu vias estratégicas ou táticas que implicassem no uso sistemático do chamado terrorismo revolucionário. Tampouco se pode esquecer que os anarquistas sofreram, no mundo inteiro e sob qualquer regime, mais derramamento de sangue do que possam ter ocasionado, pois o fato é que a repressão policial de qualquer governo democrático-representativo latino-americano matou mais gente que, por exemplo, os falecidos por causa do grande movimento filo-anarquista do maio de 1968 francês. Os libertários imolados se contam aos milhares, muito poucos pela exaltação cega que eles pudessem ter propiciado e sim, no entanto, vítimas quase todos por defender — frente a exploradores e opressores — ideias que são capazes de elevar a humanidade a um novo estágio de dignidade.

Houve menos violência originada nos anarquistas que nas guerras santas das religiões, nos conflitos para conquistar mercados ou nos movimentos para se apoderar do poder político; todavia, os anarquistas, com seu permanente ativismo, contribuíram como ninguém com as manifestações pacifistas, na defesa das minorias e em prol dos direitos de todos e de cada um.

Se o que dissemos é correto, de onde surge a associação anarquia-violência? Um percurso pela história ajuda a explicá-la. A violência ácrata nunca foi ao modo dos combatentes fundamentalistas (religiosos, étnicos

ou políticos) atuais, que indistintamente atacam uma patrulha do exército, massacram um povoado indefeso ou detonam bombas em zonas comerciais muito frequentadas. A violência anarquista se caracterizou por ser pontual, específica, por atentar contra um rei, um bispo, um presidente, um torturador, por roubar bancos, distribuir bens estocados, atacar instituições ou empresas símbolos da opressão. Os libertários sempre golpearam nas estruturas do poder, onde os privilegiados se sentem seguros, atacando-os diretamente. Por isso que os afetados se ocuparam em sobre-dimensionar essas ações, porque elas chegaram perto, fazendo com que os meios de comunicação indiquem a desgraça de um deles como mais notável do que o padecido diariamente pelos milhares que sofrem os danos da opressão institucionalizada.

A título de conclusão

O exposto antecipa que estas páginas não têm final, mas em todo caso, continuação. Por isso, nesse ponto não pode haver senão um convite ao diálogo, à reflexão, à ação, ao voltar-se a si e buscar, com os outros, alternativas políticas e filosóficas que impeçam que o século XXI seja continuação do mal que nos trouxe o século XX, resgatando o que de bem foi aportado, apesar de tudo e de uns poucos. O futuro positivo não está ali esperando; temos que construí-lo, pois aceitar passivamente o que nos foi oferecido desde o Estado e das instâncias de poder associadas não resultou num bom refúgio. Nos compete fazê-lo a nós mesmos e para isso não parece que haja outra alternativa que a anarquia nossa de cada dia, o que se aplica para o mundo em geral e para a América Latina em particular.

Agradecimentos

A Alfredo Vallota, com quem mantenho há muitos anos uma linha de trabalho em conjunto sobre esses temas; de modo que muito do exposto aqui vem dessa reflexão em comum. A Minas Vivas (professora na Universidad Central de Venezuela, UCV, e, além disso, minha mulher), por sua leitura cuidadosa e perspicazes comentários sobre esse trabalho. Ao Coletivo Editor do *El Libertario*, Caracas, Venezuela.

Tradução do espanhol por Edson Passeti & Thiago Rodrigues.

Notas

¹ John W. Barchfield. *Estatismo y Revolución Anarquista*. Tradução de I. de Llorens. Madrid, Fundación Anselmo Lorenzo, 2003.

² Para uma visão razoavelmente ampla de sua rica trajetória histórica no mundo, ver: <http://libertarixs.tk>, 2008; sobre a América Latina, é indispensável a consulta de: Ángel Cappelletti e Carlos Rama (Compiladores). *El Anarquismo en América Latina*. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1990.

³ Nelson Méndez e Alfredo Vallota. *Bitácora de la Utopía*. Caracas, Ediciones Biblioteca UCV, 2001, p. 14.

⁴ Marvin Harris. *Nuestra Especie*. Tradução de Eduardo Gil. Madrid, Alianza, 1997.

⁵ Anarcopedia. “Categoría: Escuelas”. Disponível em: <http://spa.anarchopedia.org/Categoría:Escuelas> (acesso em: 20/11/2008). (N. E.)

⁶ Volin. *La Revolución Desconocida*. Buenos Aires, Proyección, 1977.

⁷ José Peirats. *Los anarquistas en la Guerra Civil Española*. Gijón, Jucar, 1976.

⁸ Alfredo Errandonea. *Sociología de la Dominación*. Montevideo, Nordan-Comunidad, 1990.

⁹ Sobre as ideias e as experiências anarquistas sobre educação uma referência imprescindível e atual é: Josefa Martín Luengo. *La Escuela de la Anarquía*. Móstoles-Madrid, Madre Tierra, 1993. E o trabalho da *Escuela Paideia*, em Mérida, Espanha.

¹⁰ Nelson Méndez e Alfredo Vallota, 2001, op. cit., p. 21.

¹¹ Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo — PNUD. *El Estado de Desarrollo Humano: Informe sobre desarrollo humano 2006*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/indicadores2.pdf> (acesso em: 20/11/2008).

¹² Idem, p. 269.

¹³ Para mais detalhes sobre a crítica socialista libertária ao anarco-capitalismo ou libertarianismo, veja a opinião de Noam Chomsky em: Noam Chomsky. *Conversaciones Libertarias*. Móstoles-Madrid, Madre Tierra, 1993. (Também disponível em: <http://www.ucm.es/info/bas/utopia/html/convlib.htm>).

¹⁴ Há uma interessante reflexão sobre esse tópico no extenso e documentado prólogo que Ángel Cappelletti escreveu em: Ángel Cappelletti e Carlos Rama, 1990, op.cit. (Também disponível em: http://bibliotecaayacucho.com/fba/index.php?id=97&backPID=103&begin_at=56&tt_products=157).

¹⁵ Considerações mais detalhadas sobre os pontos de vista anarquistas acerca da penalização e criminalidade se encontram no que foi divulgado sobre esses tópicos, desde 1999, no jornal *El Libertario*, da Venezuela e nas publicações brasileiras do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol) *Verve*, desde 2002, e *Hypomnemata*, desde 1999.

¹⁶ Bob Black. *La Abolición del Trabajo*. Disponível em: <http://www.geocities.com/samizdata.geo/Abolicion.html> (acesso em: 20/11/2008); Alfredo Vallota. “La Técnica y el desafío del Siglo XXI” in *El Cuervo*, nº 31. Dpto. de Humanidades de la Universidad de Puerto Rico — Recinto Aguadilla, 2004, pp. 56-67.

¹⁷ Vale destacar como particularmente informativos os livros: Frank Mintz. *Autogestión y Anarcosindicalismo en la España Revolucionaria*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2006; Walter Bernecker. *Colectividades y Revolución Social*. Tradução de G. Muñoz. Barcelona, Crítica, 1982.

¹⁸ Nelson Méndez e Alfredo Vallota, 2001, op.cit.

RESUMO

Retomando e atualizando a linha de trabalho exposta inicialmente no livro Bitácora de la Utopía, discute-se alguns elementos teóricos e propostas do anarquismo ou socialismo libertário, pensados atualmente na América Latina, entendendo que se trata de uma filosofia e experiência social que renasce no mundo contemporâneo como fundamento para a utopia radical possível e desejável, colocando em relevo sua razoável vigência diante das circunstâncias socio-políticas de hoje no continente, reparando enganos ou equivocadas interpretações sobre o tema, e enfatizando respostas a dúvidas e objeções que surgem quando se explica ou se leva adiante a prática do ideal ácrata.

Palavras-chave: anarquismo, mudança social, autogestão.

ABSTRACT

Retaking and updating the line of work first presented in the book Bitácora de la Utopía (A Logbook of Utopia), this presentation forwards the discussion of some theoretical elements and proposals of anarchism or libertarian socialism, all currently emerging from Latin America, on the understanding that we are dealing with a philosophy and social experience that has come back to life with a renewed vigor as a basis for a radical utopia both possible and desirable. We underline its pertinence to the social-political circumstances of our times in the continent and clear up those errors and misunderstandings which have often surrounded the topic of anarchism as a whole, laying particular stress on responding to doubts and objections that tend to arise when ideals and theories are explained or attempts are made to put them into practice.

Keywords: anarchism, social change, self-government.

Recebido em 8 de dezembro de 2008. Confirmado em 19 de abril de 2009.